

A CRÍTICA HOBBSIANA À METAFÍSICA TRADICIONAL*

Hobbes'criticism of traditional metaphysics

*Vander Schulz Nöthling ***

Resumo: O presente artigo tem como objetivo examinar a crítica dirigida por Hobbes à metafísica aristotélica e mostrar que, segundo o filósofo inglês, o verbo ser não é outra coisa senão um signo de ligação por meio do qual construímos proposições categóricas.

Palavras-chave: Hobbes, linguagem, metafísica, ser, proposição.

Abstract: This article aims to examine the criticism addressed by Hobbes to Aristotelian metaphysics and to show that, according to the English philosopher, the verb to be is but a sign of connection through which we construct categorical propositions.

Keywords: Hobbes, language, metaphysics, being, proposition.

* Este texto é parte da tese de doutorado do autor, *A Linguagem das Trevas na Filosofia de Hobbes*, defendida em novembro de 2011 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação de Newton Bignotto. O trabalho foi realizado com apoio financeiro do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

** Doutor em filosofia pela UFMG e professor temporário do Departamento de Ciências Humanas da UFLA — Universidade Federal de Lavras. Artigo submetido a avaliação no dia 08/12/2011 e aprovado para publicação no dia 02/03/2012.

O estudo clássico ou aristotélico da dedução, ou seja, daqueles argumentos cujas premissas constituem provas decisivas para a verdade de sua conclusão, fundamentava-se em argumentos formados por proposições de um tipo muito especial, chamadas proposições categóricas, que podem ser definidas como asserções sobre classes, que afirmam ou negam que uma classe esteja incluída na outra, seja no todo ou em parte¹.

Segundo essa análise tradicional, os termos sujeito e predicado de uma proposição categórica de forma típica designam classes, ou seja, coleções de objetos que possuem alguma característica específica em comum, e são conjugados por alguma forma do verbo *ser* (acompanhado da palavra *não* nas proposições particulares negativas). Assim, na proposição *todo filósofo é grego*, o termo sujeito designa uma classe formada por indivíduos que possuem uma característica em comum, a saber, o fato de serem filósofos; e o predicado, de modo análogo, designa a classe daqueles indivíduos que têm em comum o fato de serem gregos; o verbo *ser*, por sua vez, é o elemento que articula ambas as classes, afirmando a relação de inclusão da primeira na segunda.

Se levarmos em conta a explicação que o capítulo XLVI do *Leviathan* nos oferece acerca do uso do verbo *ser* no discurso, podemos dizer com segurança que, do ponto de vista da análise estritamente lógica, Hobbes também o considera como um signo de ligação por meio do qual construímos proposições categóricas, pois dizer que ele serve para mostrar a consequência ou incompatibilidade de um nome em relação a outro equivale a dizer que sua função consiste em conjugar a classe designada pelo termo sujeito com a classe designada pelo termo predicado. Vale destacar também que, na sequência do texto, o autor esclarece que “quando se diz *um homem é um corpo*, pretende-se que o nome *corpo* é necessariamente conseqüente ao nome *homem*, como sendo apenas vários nomes da mesma coisa, homem, a qual conseqüência é significada através da ligação de dois nomes pela palavra *é*”². A proposição *um homem é um corpo* é uma asserção sobre duas classes, a saber, a classe dos homens e a classe dos corpos, e afirma que a primeira está incluída ou contida na segunda, de modo que todo membro da primeira classe é também membro da segunda classe. Trata-se de uma proposição particular afirmativa, pois o quantificador do termo sujeito nos permite afirmar apenas que *algum* ou *alguns* membros da classe dos homens são também membros da classe dos corpos. Não se afirma isso dos homens universalmente, ou seja, não se diz, de um modo geral, que todos os homens sejam corpos, mas apenas algum homem ou alguns homens em particular. Esta proposição não afirma nem nega que *todos* os homens sejam corpos, e tampouco afirma literalmente que alguns homens não sejam cor-

¹ Cf. COPI, I. M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1981; capítulo 5.

² *Lev.* XLVI, p. 464.

pos. O que ela afirma literalmente é que a classe dos homens e a classe dos corpos possuem algum ou alguns membros em comum. Nesse caso, portanto, o verbo *ser* é usado para mostrar a consequência ou compatibilidade de dois nomes, embora somente uma parte da classe dos homens coincida com a classe dos corpos.

Apesar de Hobbes oferecer apenas um exemplo de proposição categórica em sua discussão da função do verbo *ser* no capítulo XLVI do *Leviathan*, é importante destacar que a mesma análise que acabamos de fazer se aplica às demais formas típicas de proposições categóricas. Assim, podemos dizer que proposição universal afirmativa *todo homem é corpo* é uma asserção sobre duas classes, a classe dos homens e a classe dos corpos, e que ela afirma que a primeira está incluída ou contida na segunda, de modo que todo membro da primeira classe é também membro da segunda classe. Nesse exemplo, o termo sujeito *homem* designa toda a classe dos homens, e o termo predicado *corpo* a classe dos corpos, embora não em sua totalidade. O quantificador lógico *todo*, que precede o termo sujeito, nos permite dizer que a proposição afirma uma relação de inclusão entre as duas classes e que a inclusão é completa ou universal, no sentido de que todos os membros da classe designada pelo termo sujeito são membros da classe designada pelo termo predicado. É exatamente a essa relação de inclusão que Hobbes se refere quando sugere, no texto do *Leviathan*, que “homem” e “corpo” são nomes da mesma coisa, pois a classe dos homens, em sua totalidade, coincide com uma parte da classe dos corpos.

A proposição universal negativa *nenhum homem é corpo*, por sua vez, nega, universalmente, que os homens sejam corpos. Essa proposição também constitui um exemplo de asserção sobre classes, mas sua especificidade reside no fato de que a primeira classe está totalmente excluída da segunda, o que equivale a dizer que não há um único membro da primeira que seja membro da segunda. Em termos hobbesianos, isso significa que, nessa proposição, o verbo *ser*, juntamente com o quantificador lógico *nenhum* (que além de expressar a quantidade universal serve também para indicar a qualidade negativa da proposição), é usado para mostrar a incompatibilidade de um nome em relação a outro, como sendo nomes de coisas distintas.

Finalmente, a proposição particular negativa *alguns homens não são corpos* nega que os membros particulares da primeira classe a que se refere estejam incluídos na segunda classe. Em termos hobbesianos, isso quer dizer que, nesse tipo de proposição, o verbo *ser* serve para indicar a incompatibilidade de dois nomes, sendo que a classe designada pelo termo “homem” não é tomada em sua totalidade ou de modo universal.

Uma vez que algumas proposições categóricas de forma típica são negativas, vale acrescentar que, no capítulo IV do *Leviathan*, nosso filósofo trata também dos chamados “nomes negativos”, “que são notas para significar que uma palavra não é o nome da coisa em questão, como estas palavras

nada, ninguém, infinito, indizível, três não são quatro, e outras semelhantes que, contudo, se usam no cômputo, ou na correção do cômputo”³, e esclarece que essas palavras “trazem ao espírito nossas cogitações passadas, muito embora não sejam nomes de coisa alguma, porque nos fazem recusar admitir nomes que não são adequadamente usados”⁴. A propósito da negação, é importante notar, em primeiro lugar, que ela supõe a linguagem pois, como observa Zarka, “não há idéias negativas, assim como não há coisas negativas”⁵, ou seja, da mesma maneira que não existem objetos negativos no mundo, tampouco existem representações mentais negativas pois, “se nós podemos nos representar a diferença que há entre o branco e o preto, em contrapartida nós não podemos ter qualquer idéia específica do não-branco que envolva não somente o preto, mas igualmente as outras cores distintas do branco”⁶. Um segundo ponto a ser destacado é que, além de ser uma condição da negação, a linguagem é também condição da contradição: “esta [a contradição], com efeito, não tem lugar nem nas coisas nem nas idéias; somente dois nomes, dos quais um é positivo e outro negativo, podem ser ditos contraditórios”⁷.

Dois nomes cujas significações sejam contraditórias como, por exemplo, *corpo* e *incorpóreo* ou, o que para Hobbes é o mesmo, *substância* e *incorpórea*, podem ser colocados juntos, de modo que venham a formar um único nome – *corpo incorpóreo* ou *substância incorpórea*. Tais nomes, no entanto, quando são colocados lado a lado e tornados um só, em uma afirmação falsa, não significam absolutamente nada e são absurdos:

“Por exemplo, se for uma afirmação falsa dizer ‘um quadrângulo é redondo’, a expressão *quadrângulo redondo* nada significa e é um simples som. Do mesmo modo, se for falso dizer que a virtude pode ser infundida, ou insuflada e retirada, as expressões *virtude infundida*, *virtude insuflada*, são tão absurdas e insignificantes, como um *quadrângulo redondo*. E, portanto, dificilmente encontraremos uma palavra destituída de sentido e insignificante que não seja formada por alguns nomes latinos e gregos”⁸.

No plano estritamente lógico, como vimos acima, Hobbes considera o verbo *ser* como um signo de ligação por meio do qual mostramos a consequência ou incompatibilidade de um nome em relação a outro, e sua análise, sob esse aspecto, aproxima-se da análise clássica da proposição, uma vez que Aristóteles também considerava o verbo *ser* como um termo que articula o sujeito e o predicado lógicos de uma proposição categórica. No plano

³ Lev. IV, p. 30.

⁴ *Ibidem*.

⁵ ZARKA, Y. C. *Hobbes et la pensée politique moderne*; Paris: Presses Universitaires de France, 1995; p. 74.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Lev. IV, p. 30.

metafísico, todavia, ambas as análises conduzem a resultados inteiramente diferentes pois, se para Aristóteles a palavra *ser* é também a denominação de uma realidade existente por si mesma, para Hobbes ela se reduz a um mero signo linguístico de ligação⁹.

No capítulo XLVI do *Leviathan*, nosso autor observa que, assim como os falantes da língua inglesa usam a forma *Is* do verbo *to be* para conjugar dois nomes em uma proposição, os latinos usam o verbo *est* e os gregos o *ésti* em todas as suas declinações¹⁰, e admite não saber se existe alguma língua falada por alguma nação do mundo que não tenha uma palavra que lhe corresponda, mas afirma com toda a veemência que “não têm necessidade dela [de tal palavra], pois colocar os dois nomes em ordem poderia servir para significar sua conseqüência, se fosse esse o costume (pois é o costume que dá às palavras sua força), tal como as palavras *é* ou *ser*, ou *são*, e outras semelhantes”¹¹. Segundo nosso autor, a ausência do verbo *ser* não comprometeria em absolutamente nada a possibilidade da enunciação de proposições, e tampouco o raciocínio e a atividade filosófica pois, “se assim fosse, se houvesse uma língua sem qualquer verbo correspondente a *est*, ou *é*, ou *ser*, os homens que dela se servissem não estariam de modo algum menos capacitados para inferir, concluir, e para toda espécie de raciocínio do que os gregos e latinos”¹². Hobbes não pretende, aqui, sugerir o uso do verbo *ser* na linguagem, e muito menos propor a criação de uma língua da qual ele esteja ausente; o objetivo principal de sua reflexão é mostrar que a função lógica de estabelecer a conexão entre duas palavras não lhe é exclusiva, mas poderia ser desempenhada, por exemplo, com a mesma eficácia e o mesmo efeito, por uma ordenação dos nomes que também servisse para indicar a conseqüência ou incompatibilidade de ambos. Nas palavras de Y. C. Zarka, “a redução do verbo *ser* a sua função lógica de signo de conexão equivale (...) a lhe recusar não apenas a significação própria da qual dispõem os outros verbos, mas também todo valor específico, uma vez que esta função lógica pode muito bem ser assumida pela simples aposição de duas denominações”¹³.

⁹ Segundo Zarka, embora negue, de maneira constante, que o emprego do verbo *ser* como cópula implique necessariamente a afirmação da existência da coisa, “Hobbes apresenta, algumas vezes, o juízo de existência como uma proposição onde o verbo *ser* envolve ao mesmo tempo a significação de cópula e a de predicado, de modo que quando se diz que ‘alguma coisa é’ (aliquid est) simplesmente, o predicado está compreendido na cópula, o que equivale a dizer que ‘alguma coisa é ser’ (aliquid est ens) ou que ‘alguma coisa é existente’ (aliquid est existens)” (ZARKA, Y. C. *La décision métaphysique de Hobbes*; Paris: Vrin, 1987; p. 130). Consideramos, todavia, que a explicitação da função lógica de ligação desempenhada pelo verbo *ser* seria suficiente para os propósitos deste artigo, uma vez que o capítulo XLVI do *Leviathan* concentra-se exclusivamente em tal função, e nem sequer faz referência a seu sentido existencial.

¹⁰ Cf. *Lev.* XLVI, p. 464.

¹¹ *Ibidem.*

¹² *Ibidem.*

¹³ ZARKA, Y. C. *La décision métaphysique de Hobbes*; op. cit.; p. 110.

Um dos principais objetivos da teoria hobbesiana da linguagem é mostrar que o verbo *ser* possui apenas a função de signo linguístico de ligação, servindo para conjugar o termo sujeito com o termo predicado de uma proposição. Resta destacar que todo esse esforço de redução do verbo *ser* a sua função lógica equivale a uma crítica do discurso metafísico tradicional, uma vez que este, com suas interpretações ontológicas dos modos de predicação, acaba por tomar o *ser* mais como um objeto do discurso do que como mero signo de ligação. Para Hobbes, Aristóteles e seus seguidores tomaram o sujeito de uma proposição como denominação de uma coisa, o predicado como denominação de uma segunda coisa, e o verbo *ser*, que estabelece a ligação entre ambos, como denominação de uma terceira coisa, o que é absurdo, uma vez que o *ser* possui, enquanto parte do discurso, um estatuto muito particular, e difere de todas as demais partes do discurso. Hobbes não pretende, em absoluto, decretar algo como uma interdição a qualquer tipo de discurso que tome o verbo *ser* como objeto, e nem poderia fazê-lo de modo coerente, uma vez que ele mesmo propõe a discussão sobre a especificidade do verbo *ser* e a considera um assunto de suma importância, não só para a ciência em geral como também, e de modo especial, para a política. O que ele pretende é mostrar que qualquer discurso que procure elevar o *ser* da categoria de mero signo linguístico de ligação à categoria de denominação de alguma realidade existente por si mesma constitui um abuso de linguagem e, conseqüentemente, deve ser evitado. Como observa Zarka, “na proposição, nós não fazemos outra coisa senão ligar as diferentes concepções que nós temos de uma coisa de acordo com as diferentes relações sob as quais nós a consideramos, sem que esta ligação (ou separação) reflita as articulações do ser”¹⁴. Isso quer dizer que não se deve esperar que o uso do verbo *ser* implique, no plano ontológico, a existência de uma realidade que lhe corresponda, e tampouco que o *ser* seja o objeto por excelência, ou constitua o horizonte do discurso filosófico¹⁵.

A propósito da especificidade do verbo *ser* como signo linguístico de ligação, Hobbes ainda esclarece que todos os termos dele derivados, tais como *entidade*, *essência*, *essencial*, *essencialidade*¹⁶ e outros que destes dependem, não são nomes de coisas, mas sinais por meio dos quais “tornamos conhecido que concebemos a consequência de um nome ou atributo em relação a outro”¹⁷. Assim, “quando dizemos que *um homem é um corpo vivo*, não queremos dizer que o *homem* seja uma coisa, o *corpo vivo* outra, e o *é* ou *sendo* uma terceira,

¹⁴ ZARKA, Y. C. *La décision métaphysique de Hobbes*; op. cit.; p. 111.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ A propósito da aplicação dos termos “*ens*”, “*esse*” e “*essentia*” no vocabulário da *philosophia prima* hobbesiana, cf. PÉCHARMAN, Martine “Le vocabulaire de l’être dans la philosophie première : *ens*, *esse*, *essentia*”; in: ZARKA, Y. C. *Hobbes et son vocabulaire*, Paris: Vrin, 1992; pp. 31-59.

¹⁷ *Lev.* XLVI, pp. 464-465.

mas que o homem e o corpo vivo são a mesma coisa, porque a consequência verdadeira, significada por aquela palavra é ”¹⁸.

Feitas essas considerações, podemos finalmente compreender que o corporeísmo hobbesiano está longe de constituir um mero pressuposto não-demonstrado no quadro do pensamento de nosso autor. Com efeito, ao empreender sua crítica aos fundamentos do discurso metafísico tradicional e mostrar que todos os termos derivados do verbo *ser*, assim como o próprio verbo *ser*, não podem ser legitimamente tomados por denominações de coisas, Hobbes demonstra, ainda que por uma via indireta, que a crença na existência de uma suposta dimensão incorpórea da realidade não possui qualquer base racional e, portanto, é absurda e ilusória. Hobbes, portanto, não recusa, pura e simplesmente, a existência da substância espiritual, entendida como algo não-corpóreo, a partir da mera suposição de que o universo, em sua totalidade, seja corpóreo. O que ele faz, na verdade, é mostrar que a crença na existência da substância espiritual é derivada de uma compreensão equivocada ou de um desconhecimento da especificidade do verbo *ser* como signo de ligação e, portanto, carece de fundamento racional¹⁹.

Bibliografia

Obras de Hobbes

De Corpore (1655), – na tradução inglesa, *Concerning Body*, in: English Works, ed. Molesworth, vol. 1. London: Routledge/Thoemmes Press, 1997.

Leviathan (1651), – Ed. Richard Tuck, Cambridge: Cambridge University Press, 1996; *Leviatã*, trad. João Paulo Monteiro e Ana Beatriz N. da Silva, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Outras obras

COPI, Irving M. *Introdução à Lógica*, São Paulo: Mestre Jou, 1981.

MALHERBE, M. *Hobbes*; Paris: Vrin, 2000.

¹⁸ *Ibid.*, p. 465.

¹⁹ A esse propósito, escreve Zarka: “A existência de uma substância espiritual é, por sua vez, inútil e ilusória. Inútil, de início, porque nós não precisamos de uma tal substância para dar conta das operações do pensamento: quer se trate da sensação, da imaginação, das paixões ou da vontade, essas são todas funções ou atos do corpo; colocar a existência de uma alma seria criar uma hipótese gratuita (cf. C.D.M.; chap. XXVII, 19-20, pp. 326-328). Ilusória, em seguida, pois se é verdade que no *cogito* eu penso a mim mesmo como *res cogitans*, e que eu formo a idéia de matéria como *res extensa*, seria contra toda razão disso inferir uma distinção paralela entre duas substâncias, se isso não é senão o que se pressupõe, sem confessá-lo entretanto, que se detém com a distinção de dois conceitos a distinção de duas essências” (ZARKA. Y. C. *La décision métaphysique de Hobbes*; op. cit.; pp. 143-144).

- MARTINICH, A. P. *Hobbes*, New York: Routledge, 2005.
- _____. *The Two Gods of Leviathan*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- PACCHI, A. *Th. Hobbes, Logica, libertà e necessità*, Milão: Principato, 1969.
- PAGANINI, Gianni. "Hobbes's Critique of the Doctrine of Essences and Its Sources"; in: SPRINGBORG, Patricia. *The Cambridge Companion to Hobbes's Leviathan*, New York: Cambridge University Press, 2007.
- PÉCHARMAN, Martine. "Le vocabulaire de l'être dans la philosophie première: ens, esse, essentia"; in: ZARKA, Y. C. (org.). *Hobbes et son vocabulaire*, Paris: Vrin, 1992.
- RUSSELL, Jeffrey Burton. *Mephistopheles: The devil in the modern world*. New York: Cornell University Press, 1990.
- SORELL, Tom. (org.). *The Cambridge Companion to Hobbes*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SPRINGBORG, Patricia. *The Cambridge Companion to Hobbes's Leviathan*, New York: Cambridge University Press, 2007.
- SOUKI, Nádia. *Behemoth contra Leviatã – Guerra civil na filosofia de Thomas Hobbes*, São Paulo: Loyola, 2008.
- ZARKA, Yves Charles. *Hobbes et la pensée politique moderne*, Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- _____. (org.). *Hobbes et son vocabulaire*, Paris: Vrin, 1992.
- _____. *La décision métaphysique de Hobbes – conditions de la politique*, Paris: Vrin, 1987.

Endereço do Autor:

Avenida Getúlio Vargas, 469 – Centro
37410-000 Três Corações – MG
vanderschulz@bol.com.br